

O elefante na sala: dinâmicas do silêncio e obstáculos à efetivação da cidadania no problema da exploração sexual infantojuvenil

[The elephant in the room: dynamics of silence and obstacles to the effectiveness of citizenship in the problem of sexual exploitation of children and adolescents]

REVISTA
com **política**

revista compolítica

2019, vol. 9(3)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2019.9.3.208

 Open Access Journal

Laura Nayara Pimenta

Universidade Federal de Minas Gerais
[Federal University of Minas Gerais]

Márcio Simeone Henriques

Universidade Federal de Minas Gerais
[Federal University of Minas Gerais]

Resumo

No presente artigo refletimos sobre como a questão da exploração sexual infantojuvenil – que envolve fatores coercitivos e tabus sociais que silenciam os sujeitos – transcende, ou não, o campo da preocupação de pequenos grupos para alcançar a atenção pública, tornando-se mais visível e ordenando uma constelação de mobilizações em seu entorno. Para tanto, na primeira seção abordaremos o processo comunicacional de como uma causa se torna pública, é coletivizada e cria e movimenta públicos ao seu redor. Compreendendo que existem barreiras a essa coletivização, na segunda seção exploraremos fatores que a silenciam e a bloqueiam. Na terceira seção, analisaremos o caso do Vale do Jequitinhonha, região do Estado de Minas Gerais que apresenta uma situação de pobreza e problemas sociais evidentes, além de um grave índice de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Mobilização social, Cidadania, Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Abstract

In this paper we intend to reflect about the issue of the sexual exploitation of children and adolescents – which involves coercive factors and social taboos that silence subjects – transcends the field of concern of small groups in order to reach public attention, becoming more visible and ordering a constellation of mobilizations in their environment. To do so, in the first section we will address how an issue becomes a public cause, is collectivized, and creates and moves audiences around it. Understanding that there are barriers to this collectivization, in the second section we will explore the factors that silence and block it. In the third section, we will analyze the case of the Vale do Jequitinhonha, region of the State of Minas Gerais that presents a situation of poverty and evident social problems, as well as a serious index of sexual exploitation of children and adolescents.

Keywords: Social mobilization, Citizenship, Sexual Exploitation of Children and Adolescents.

O elefante na sala: dinâmicas do silêncio e obstáculos à efetivação da cidadania no problema da exploração sexual infantojuvenil

Laura Nayara PIMENTA
Márcio Simeone HENRIQUES

A ideia de que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos especiais é relativamente nova. No limiar do século XX, a infância era definida, inclusive juridicamente, como fase da incapacidade, da tutela, da menoridade, com as obrigações de obediência e submissão. Nesta época, as percepções sobre as crianças e os adolescentes, sobretudo as pobres, eram imbuídas de um olhar moralista e higienista. O “Direito do Menor” – representado pelos Códigos de Menores de 1927 e de 1979 – anterior ao atual “Direito da Criança e do Adolescente”, foi construído sobre bases conceituais que sustentavam a exclusão, coisificavam a infância e tratavam os meninos e meninas provenientes de classes populares como “menores”, ou indivíduos em “situação irregular”, que necessitavam de normas jurídicas para seu tratamento e atenção (SDH, 2010).

A fim de romper com a política punitiva e repressiva que predominava na cultura menorista, movimentos em favor da infância e adolescência ganharam força nos anos 1980, quando as organizações da sociedade civil – inspiradas em outros movimentos como o de mulheres, o das desigualdades raciais e o de defesa do meio ambiente – iniciaram uma luta para mudança no marco legal dos direitos infantojuvenis. Tal movimentação cresceu juntamente com o processo de redemocratização e, aproveitando o momento político da Assembleia Constituinte, colocou o país na vanguarda internacional ao incluir na nova Constituição Brasileira, promulgada em 1988, um capítulo já em consonância com a Doutrina de Proteção Integral. Além disso, o novo texto constitucional expressava claramente que a criança e o adolescente deveriam ser tratados com prioridade absoluta, como cidadãos de direitos.

Nessa esteira, o Brasil foi o primeiro país a promulgar um marco legal específico para a proteção das crianças e dos adolescentes – o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA),

Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990. Em seu artigo 5.º, o ECA determina que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990). Nesse sentido, o que se espera é que a população infantojuvenil possa crescer num ambiente que permita o seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, psicológico e social, em condições de liberdade, dignidade e cidadania.

O ECA também imputa ao Estado, à sociedade civil, ao setor privado e à família o dever de proteger e garantir um desenvolvimento pleno e saudável para as crianças e adolescentes, “pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1990, Art. 18). Cada um desses entes, no âmbito de suas respectivas atribuições e no uso de seus recursos, está legalmente compelido a colocar entre seus objetivos preferenciais o cuidado às crianças e aos adolescentes.

Mesmo diante dos avanços do aparato jurídico e da atuação dos movimentos sociais e organizações não governamentais, persiste no Brasil um quadro de sistemática violação dos direitos infantojuvenis. Tal quadro aponta que grande parte da sociedade brasileira ainda não rompeu com as concepções anteriores, com grandes traços autoritários e segue fundada numa cultura patriarcal, machista e patrimonialista. A dificuldade em reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos é um dos fatores que acaba perpetuando a ocorrência de violências como a exploração sexual infantojuvenil (ESCA), que permanece sendo um problema para o país.

Conforme o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), a exploração sexual se define como uma violência contra crianças e adolescentes, que se caracteriza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. Operacionalmente, a ESCA implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e uma violação de direitos e liberdades individuais da população infantojuvenil (CECRIA, 2000). Ela é uma das mais graves infrações de direitos e interfere diretamente no desenvolvimento da

sexualidade saudável e nas dimensões psicossociais da criança e do adolescente, causando danos muitas vezes irreparáveis. A existência desses danos, somada a um cenário de vulnerabilidade social, reforça um ciclo vicioso de transtornos que afetam a toda a sociedade, como o tráfico de drogas, o aumento do índice de violência e criminalidade, a ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis, dentre outros.

Diferentemente do abuso sexual, muitas pessoas veem a ESCA como uma escolha pessoal da criança e do adolescente, como se estes quisessem se prostituir e sentissem prazer nisso. Também existe o argumento do legado familiar – “se a mãe é prostituta, a filha também será”. Nessa situação, mudar a concepção de que a ESCA não é um problema individual, confinado a âmbitos privados, bem como envolver as pessoas no enfrentamento, torna-se um desafio. Isso porque, além da necessidade de desnaturalizar a exploração sexual, modificando a mentalidade da população, é preciso desconstruir antigas e novas relações de poder coercitivas – como as estabelecidas pelo adultocentrismo – e também outros fatores estruturais de violência como o narcotráfico e o crime organizado – que incidem sobre a prática da ESCA e impactam em como as pessoas a problematizam ou não.

Considerando esse cenário, no presente artigo, realizamos uma reflexão sobre as relações comunicacionais que conformam o interesse e o debate público sobre a ESCA – que é permeada por tabus e relações de poder que a silenciam – verificando se e como esta transcende o campo da preocupação de pequenos grupos para alcançar a atenção pública, tornando-se mais visível e ordenando uma constelação de engajamentos, de sensibilizações e de mobilizações em seu entorno. Para tanto, examinaremos o caso da região do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, que apresenta uma situação de pobreza e problemas sociais evidentes, é cortada pela BR-116 (popularmente conhecida por seus vários pontos de ESCA) e mantém um persistente e naturalizado quadro de exploração sexual infantojuvenil.

Nosso raciocínio, desta forma, será ancorado na dinâmica comunicacional de formação e movimentação de públicos nos processos de mobilização social (Henriques, 2012; 2013; 2017) e, também, na abordagem de Zerubavel (2006) sobre as dinâmicas de silenciamento de questões problemáticas. É de Zerubavel o significativo uso da expressão “elefante na

sala”, que expressa o fato de problemas notórios, à vista de todos, serem sistematicamente ignorados. Do ponto de vista empírico, analisaremos os obstáculos à coletivização da ESCA no Vale do Jequitinhonha e, conseqüentemente, à mobilização dos públicos para enfrentá-la, tendo em vista alguns fatores que evidenciam seu silenciamento nos contextos locais daquela região. Tal análise integra uma pesquisa mais ampla que lá realizamos, em que são investigadas as interações/relações comunicativas perpetradas pelos agentes implementadores de políticas públicas nos processos de problematização pública de questões embaraçosas. Assim, na primeira parte deste artigo, abordaremos a emergência dos problemas públicos e os aspectos que possibilitam sua coletivização. Compreendendo que existem barreiras a esta, em seguida exploraremos alguns dos principais fatores que a silenciam e a bloqueiam. Tais fatores emergiram no estudo de caso no qual realizamos entrevistas em profundidade semiestruturadas, observações sistemáticas e análise documental, evidenciando alguns aspectos importantes que compõem o processo de comunicação pública sobre a causa naquele contexto.

A emergência de problemas públicos e suas mobilizações

Nossa visão de mobilização social está estreitamente associada à noção de formação e ação de grupos sociais que se formam a partir da percepção de situações problemáticas na realidade. Nesta perspectiva, interessa-nos pensar a formação dos públicos tendo em vista o processo por meio do qual um evento/fato é identificado como problemático nas interações de grupos sociais ou indivíduos inseridos em espaços específicos e buscando influenciar as orientações, concepções, controvérsias e argumentos sobre uma situação específica.

Para Dewey (1954), a existência de um público está pautada em duas dimensões: o sofrer e o agir. Em primeiro lugar, o público sofre. Ele “consiste no conjunto de pessoas que são afetadas pelas conseqüências indiretas de uma transação” (Dewey, 1954, p. 15, tradução nossa¹), sendo constituído a partir de uma situação específica e por meio das interações

¹ No original: “The public consists of all those who are affected by the indirect consequences of transactions”.

entre os sujeitos. Assim, o sofrer e o agir são indissociáveis e figuram na própria essência do que é um público. Desse modo, para que um público se constitua, as pessoas precisam perceber-se como afetadas por um dado acontecimento ou ação, empenhando-se em um processo de problematização de tal situação (Silva, 2017).

A primeira condição para a formação/movimentação de públicos ao redor de uma causa, ou seja, para a coletivização desta, é que os sujeitos reconheçam a existência de aspectos problemáticos em uma situação, percebam que há algo incômodo na sua realidade (Henriques, 2010, 2017). Apenas esse reconhecimento de uma situação problemática, entretanto, não é o bastante para a formação de uma causa pública. Cefaï (2017a) argumenta que tal construção também está fundamentada na indagação que as pessoas fazem sobre uma variedade de situações indesejáveis, prejudiciais, nefastas, cruéis, injustas, desastrosas e angustiantes. A indagação confere espécies e graus de responsabilidade moral e legal e faz emergir figuras de culpados e de vítimas, defensores, juízes e reparadores, dando lugar a contraindagações. Para o autor, ao atribuir causas, ao compreender motivos, ao antever consequências, ao ponderar riscos, ao atribuir responsabilidades e ao imaginar soluções, a indagação organiza um campo de intervenção: “a indagação faz do distúrbio um problema e, do problema, um problema público” (Cefaï, 2017a, p.198).

Henriques (2010) postula que uma condição precípua de coletivização de uma causa/problema público é o processo de compartilhamento das percepções por meio das interações. Também destaca que somente reconhecer a existência de um problema não é o suficiente para a formação de uma causa pública, pois, para que isso ocorra, é preciso ultrapassar a dimensão individual, em que “eu” percebo um problema, para uma dimensão coletiva na qual “nós” observamos um problema e entendemos que ele nos afeta e que possa seja postulado publicamente e assim reconhecido. Essa condição coletiva e pública não deriva simplesmente da visibilidade conferida a uma causa, mas, também, da formação e da movimentação de públicos que possam publicamente afirmá-la e sustentá-la, sob condições contingentes e indeterminadas (Henriques, 2012).

Nesta direção, Gusfield (1981) ressalta que um problema público tem uma estrutura composta por ideias e acontecimentos mutáveis e imprecisos, sendo um processo através do qual um fato se torna uma questão de reflexão, de protesto público, um recurso para a ação pública. Fuks (2000, p.84) observa que a ascensão de um tema à agenda de preocupações públicas envolve uma multiplicidade de atores, que pode abarcar até o “espaço social mais amplo, onde se faz sentir a influência mais ou menos difusa dos movimentos sociais e da opinião pública”. O autor considera que a principal condição para que uma determinada questão se torne objeto de atenção social é o seu reconhecimento como um assunto público, sua enunciação pública como tal. Essa emergência de questões na agenda pública pode ser explicada através da dinâmica social e política do assunto em disputa, do seu contexto cultural e da pluralidade de atores envolvidos em seu debate. Contudo, é preciso considerar que, se por um lado, diversos atores, grupos e instituições participam na disputa pela emergência e caracterização dos assuntos públicos, por outro, alguns grupos têm claras vantagens sobre os outros, principalmente pela diferenciada distribuição de recursos materiais, organizacionais e simbólicos. Além disso, aponta que certos assuntos são favorecidos por sua associação com temas culturais e valores mais amplos, já sedimentados, que o legitimam e condicionam a ação e o debate público.

A definição de uma situação problemática não ocorre por acaso e sem antecedentes. Cefai (2017a) observa que essa pré-constituição se dá numa “cultura pública” em que problematizações prévias ganharam credibilidade e legitimidade e lograram aprovação dos poderes públicos, do público mais geral e de certos públicos específicos. Para ele, esta construção fornece critérios do “verdadeiro e do falso, do real e do imaginário, do existente e do possível, do justo e do injusto, do direito e do errado, do legítimo e do ilegítimo” (Cefai, 2009, p.35). Desta forma, o processo de composição de problemas públicos é, em si, uma experiência coletiva, que envolve uma dinâmica social de problematizações, discussões e experimentações que os membros de públicos realizam. Isso cria formas de ação em público, de organização e também de conhecimento, ao alargar os horizontes de inteligibilidade da causa, gerando e compartilhando visões de mundo, modos de agir e discursos (Cefai, 2009, 2017a, 2017b; Henriques, 2017).

O conceito de “distúrbio” assume um papel importante na teoria de Cefaï sobre a construção dos problemas públicos. Para ele,

(...) o distúrbio é de ordem afetiva, sensível e normativa. Quando ainda não está articulado em linguagem descritiva e conceitual, é vivido no modo da inquietação, da agitação ou da confusão, da angústia ou da obsessão. (...) Portanto, o distúrbio designa os acontecimentos que “provocam uma interrupção do curso direto e regular do comportamento” e que obrigam as pessoas a se fazerem perguntas e, no melhor dos casos, a discutir, indagar e experimentar, a fim de controlar essa perturbação existencial (Cefaï, 2017a, p.191).

Os distúrbios podem ser múltiplos e revelam modos diversos de envolvimento dos sujeitos no processo de definição e resolução de situações problemáticas. Todavia, sem o reconhecimento, a explicitação e o controle – afetivo, cognitivo e normativo – por parte dos sujeitos, o distúrbio permanece tácito ou latente. “Ele se busca, sem encontrar formulação pública. À espera de sua própria expressão, o ‘distúrbio’ ainda não é identificável e reconhecível como ‘problema’, e menos ainda como ‘problema público’” (Cefaï, 2017a, p.192). Para o autor, ao sentir, julgar e agir em conjunto, os sujeitos delimitam os problemas que têm alcance público e se constituem como um “público” que é “a parte coletiva de um trabalho de si sobre si mesmo, submetida à prova da transformação da relação com os problemas, com os outros, com as situações, com as instituições” (Cefaï, 2017a, p.197).

Entretanto, Silva (2016) expõe a visão de Dewey de que os sujeitos nem sempre conseguem ter clareza sobre o que lhes afeta e sobre todos os interesses que estão em jogo nos diversos acontecimentos, controvérsias e situações problemáticas, podendo ser, de fato, lentos para se formarem, dado que a percepção sobre determinados problemas pode não ser clara para boa parte das pessoas e as temáticas podem ser muito complexas e distantes da realidade imediata delas. Além de lentos, os públicos também são voláteis, já que percepções, tal como as opiniões, não são fatos estáveis, mas frutos de um incessante processo de (re)formulação no percurso de uma controvérsia, através da interação entre os diferentes atores e forças sociais (Silva, 2016).

Diante disso, Henriques (2012, p. 9-10) ratifica que

tanto a formação como a movimentação de públicos dá-se por meio de intensas e constantes trocas comunicativas, no sentido de que os sujeitos necessitam pôr

em comum suas percepções, opiniões, preferências, valores, crenças, conhecimentos e interesses e também por meio da geração de vínculos entre os sujeitos que resultam do defrontamento e do esforço despendido em compartilhar e gerar algo em comum. A própria dinâmica dessas trocas promove uma ininterrupta atualização do processo de formação do interesse público assim constituído. Isso chama a atenção para o processo de geração de uma causa social como um processo interativo aberto e complexo, que mantém com o processo mobilizador uma relação de reflexividade. (Henriques, 2012, p. 9-10)

O autor ressalta que a viabilidade e a existência de sentidos mais amplos que são acionados por uma causa/problema público também são fundamentais para mobilizar os públicos. Estes só atuam quando acreditam na existência de possibilidades de mudanças, quando se veem como agentes capazes de transformar uma realidade por meio de um esforço coletivo, ancorando suas ações no interior de quadros valorativos socialmente aceitáveis, demonstrando para os sujeitos um sentido moral na proposta de atuação do grupo. De forma análoga, Cefai (2009; 2017a) entende que o problema público se fortalece quando crescem o grau de mobilização dos múltiplos atores e estes passam a ter maior ressonância junto a numerosos auditórios/públicos, onde a mobilização estão em correlação com as dinâmicas de “problematização” e de “publicização”.

Henriques *et al.* (2013, p.36) pensam a mobilização social como uma “reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público”. Tal processo envolve o compartilhamento de discursos, visões e informações e, portanto, exige comunicação no seu sentido mais amplo. Mafra (2010, p.116), por sua vez, define a mobilização social como um processo “circular, dinâmico e recursivo; como num *looping* autoprodutivo”, em que as interações comunicativas entre os sujeitos produzem e conformam novos modos de pensar e agir. O autor ainda ressalta que “para que as pessoas se sintam mobilizadas num âmbito social, é necessário que a causa, por sua vez, esteja ao mesmo tempo materializada simbolicamente em cada sujeito e no conjunto de todos os sujeitos reunidos” (Mafra, 2010, p.116).

Entretanto, o que acontece quando os sujeitos concordam tacitamente em ignorar algo de que eles estão cientes e sabem que é problemático? Podemos afirmar que é possível acontecer uma mobilização social acerca de questões que trazem constrangimentos e

negações, como é o caso da exploração sexual de crianças e adolescentes? Como fazer com que uma questão embaraçosa, que gera uma negação social, rompa o cerco silencioso e se torne um problema público? As teorias sobre construção de problemas públicos e mobilização social pouco consideram um cenário em que há a negação e o silêncio sobre a situação problemática, onde existem coerções e violências que cerceiam até mesmo o falar das pessoas e que acabam por se tornarem tabus.

Eis que somos desafiados a buscar elementos que possam nos esclarecer a dinâmica desse silenciamento. Dentre os vários fatores que obstruem as condições de publicidade da ESCA estão não só alguns muito evidentes – como o fato de ser essa prática associada a sistemas amplos de violência e de corrupção, ao tráfico e consumo de drogas e álcool, à clandestinidade do universo criminoso –, mas também outros elementos mais sutis que, em seu conjunto, fazem calar as vozes que possam denunciá-la e constrangem as práticas de enfrentamento no terreno público, algo que é comum no grande universo de questões atinentes à defesa dos direitos humanos.

Silêncios, negação social e medo: obstáculos e impedimentos à mobilização

Ao pesquisar sobre os aspectos sociais do processo de observação, o sociólogo israelense Eviatar Zerubavel ficou intrigado com o fato de certas questões nitidamente visíveis e problemáticas serem ignoradas ou silenciadas. Cada vez mais consciente do impacto altamente negativo em longo prazo deste silenciamento, tanto nos indivíduos quanto em grupos inteiros, o autor desenvolveu uma reflexão sobre a dinâmica interpessoal na qual as pessoas “bloqueiam” certos assuntos de entrar em uma conversação pública, criando o que ele denominou como *conspiracy of silence*.

Para Zerubavel (2006), uma conspiração de silêncio acontece quando um grupo de pessoas concorda tacitamente em ignorar algo de que eles estão cientes. Esse silêncio, ao contrário do que se possa imaginar, não gira em torno de questões imperceptíveis, mas envolve assuntos altamente visíveis que os sujeitos deliberadamente tentam evitar. Conhecimentos comuns que, por serem verdades incômodas, quase nunca são discutidos em público e

tendem a ser ignorados ou até mesmo negados. Tal postura decorre da nossa necessidade de evitar a dor. “Quando a consciência de algo angustiante ameaça nosso bem-estar, muitas vezes nós ativamos as comportas internas que impedem a informação perturbadora de entrar em nossa consciência” (Zerubavel, 2006, p. 5, tradução nossa²).

Nas conspirações de silêncio, a obviedade da situação problemática é tanta que o autor utiliza a metáfora do “elefante na sala” para caracterizá-la. O “elefante na sala” evoca qualquer objeto ou assunto de que todos estejam definitivamente conscientes, mas que ninguém está disposto a reconhecer publicamente. Estar em silêncio, desse modo, envolve mais do que apenas ausência de ação ou de voz, pois as coisas sobre as quais os sujeitos silenciam são de fato ativamente evitadas. Todavia, o autor ressalta que somente quando o problema é ignorado ou negado em conjunto por todos, de fato, estamos lidando com uma conspiração de silêncio. Isso porque esta constitui um esforço coletivo de negação, exige colaboração e envolve todo um sistema social.

Nesse esteio, Zerubavel (2006) aponta que a separação daquilo que notamos/noticiamos do que ignoramos é longe de ser natural. É, na verdade, o resultado de pressões, o produto de normas sociais de atenção destinadas a separar o que convencionalmente consideramos notável do que cogitamos como mero ruído de fundo. Desse modo, perceber e ignorar são ações realizadas por membros de comunidades que têm convenções sociais particulares de atenção e comunicação. Então, quando percebemos ou ignoramos algo, fazemos como integrantes de comunidades sociais específicas, guiados por normas e restrições que, muitas vezes, são articuladas sob a forma de tabus que afetam o que consideramos como problemas sociais. Os tabus limitam a forma como processamos a informação. São essencialmente caracterizados por uma forte ênfase no afastamento, na proibição do olhar e do ouvir, o que também interfere no falar. Aqueles que os desafiam ou ignoram são considerados desviantes sociais (Zerubavel, 2006). O medo de contrariar esses tabus e sofrer retaliações pode constranger os sujeitos e fazer com que eles fiquem cada vez mais envoltos no cerco do silêncio.

² No original: “When awareness of something particularly distressful threatens our psychological well being, we often activate inner floodgates that block the disturbing information from entering our consciousness”.

Entretanto, não são apenas essas pressões sociais que controlam o alcance da atenção. As relações de poder – no nosso caso, aquelas estabelecidas pelo adultocentrismo, pelo narcotráfico e pelo crime organizado, coercitivas ou não – também estabelecem os limites do discurso aceitável, bloqueiam o acesso à informação e sua circulação, pois o debate e o livre fluxo de informação desestabilizam suas estruturas, fragilizam sua capacidade de controle. Como instância de poder, os media também determinam o que é relevante para os públicos, influenciando, inclusive, o tempo que a atenção destes realmente dura.

Além da ação dos tabus e da influência das relações de poder, as conspirações de silêncio são fortalecidas pela reiteração do silêncio, pela proximidade do problema, pelo número de “conspiradores” e pelo tempo em que são mantidas. “A razão pela qual é tão difícil falar sobre o elefante na sala é que não só ninguém quer ouvir, mas ninguém quer falar sobre não ouvir” (Zerubavel, 2006, p. 53, tradução nossa³). Esta postura confere ao silêncio um caráter autoreforçador e, como em qualquer outra forma de negação, não reconhecemos que estamos silenciando, negando, assim, a negação.

No que se refere à proximidade do problema, quanto mais próximo dele, mais pressão para negar a sua presença. No caso de violações sexuais contra crianças e adolescentes, por exemplo, as famílias das vítimas são as mais propensas a desencorajar a abertura e, assim, promover o silêncio. Elas temem a retaliação ou, simplesmente, fazem vista grossa ao problema, visando proteger a integridade familiar (Zerubavel, 2006).

Outro elemento que torna o silêncio mais pesado (e incômodo) é o número de pessoas que participam da “conspiração”. Quanto mais pessoas ignoram o problema, mais difícil é que sejamos convencidos de que ele realmente existe, como nossos próprios sentidos nos dizem. O fato de ninguém mais ao nosso redor reconhecer a existência de um problema tende a torná-lo mais assustador. Assim, quebrar um silêncio viola não apenas a vontade de alguns indivíduos, mas todo um tabu social coletivamente sagrado, evocando, assim, um intenso sentimento de medo. Ademais, a intensidade do silêncio é afetada, também, pelo tempo que conseguem mantê-lo.

³No original: “Indeed, the reason it is so difficult to talk about the elephant in the room is that “not only does no one want to listen, but no one wants to talk about not listening”.

Paradoxalmente, Zerubavel (2006) afirma que embora a pressão para participar de conspirações de silêncio aumente à medida que estas se tornam maiores e mais longas, as oportunidades para acabar com elas também aumentam. À medida que o silêncio se torna mais pesado, há mais chances que ele seja quebrado, que ele saia da penumbra e vá para o olhar público. Quebrar o silêncio, desse modo, envolve reconhecer a existência do problema em condições de publicidade. Tal reconhecimento requer uma comunicação pública que, para Esteves (2011), é realizada por meio da publicidade, da crítica e do debate, sendo que a publicidade consiste em dar a conhecer, dar visibilidade ao problema para os integrantes do espaço público, enquanto a crítica é a garantia ética de justiça no que tange aos consensos alcançados no espaço público.

Zerubavel (2006) ressalta que, para uma conspiração de silêncio acabar, é preciso um esforço colaborativo que envolva todo um sistema social. Outrossim, é necessário que não haja mais conspiradores para mantê-la viva. Isso acontece à medida que mais pessoas se unem para quebrar o silêncio, o que gera um ponto de inflexão, onde a crescente pressão social sobre os conspiradores restantes anula a pressão social para continuar negando. Aqui entram em ação os movimentos sociais, cuja razão de ser é aumentar a conscientização pública sobre problemas sociais, minando os silêncios, levando uma questão à tematização.

Não obstante, os conspiradores de silêncio podem tentar ativamente desviar a atenção dos quebradores de silêncio, esforçando-se para desacreditá-los, ridicularizá-los e coagi-los a manter o silêncio. Tais táticas de retaliação são projetadas, também, para intimidar qualquer outra pessoa que considere quebrar a conspiração de silêncio, o que de fato impede possíveis insurgências. Nesses casos, Zerubavel (2006) aponta a mídia, o humor e os movimentos sociais como atores importantes para fazer frente às retaliações, pois é através deles que um problema vem a público.

Considerando os aspectos levantados nesta seção, podemos perceber que nem sempre as pessoas estão dispostas a desenvolver indagações sobre questões problemáticas, quanto mais tematizá-las publicamente. Acreditamos que a exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) é uma destas questões que as pessoas não querem ver, ouvir ou falar. A fim de investigarmos de forma mais detalhada os fatores que compõem a dinâmica desse processo de silenciamento (e de negação do problema) e de como os diversos atores,

preocupados com a situação, buscam lidar com isso, na próxima seção analisaremos o caso da ESCA no Vale do Jequitinhonha.

Exploração sexual infantojuvenil no Vale do Jequitinhonha: violências, tabus e silêncios

Localizado na mesorregião nordeste do Estado de Minas Gerais, o Vale do Jequitinhonha é uma região que abriga inúmeras contradições. De um lado, o Vale é celebrado por sua cultura popular, possui inúmeras riquezas naturais e, por outro, apresenta baixos índices de desenvolvimento humano, situações de pobreza extrema, persistentes quadros de fome e de violência, com todo um conjunto de mazelas associadas às fortes desigualdades sociais. Neste cenário, florescem diversos tipos de violência, dentre elas, a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ademais, o Vale é cortado pela BR-116 que, em 2003, foi apontada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizada pelo Congresso Nacional, como uma das principais rotas da exploração sexual infantojuvenil (CONGRESSO NACIONAL, 2004). Após as constatações da CPMI de 2003, o assunto da exploração sexual ganhou visibilidade pública e veículos de imprensa de alcance nacional realizaram séries de reportagens sobre a questão, trazendo ainda mais à tona a vulnerabilidade da região e reforçando, com isso, sua estigmatização⁴.

Depois das revelações da CPMI, diversas providências foram tomadas nas cidades expostas. Houve uma movimentação da sociedade civil, das organizações não governamentais, de universidades e das prefeituras da região para enfrentar o problema, por meio da criação de estratégias de conscientização das famílias, de incentivo às denúncias, de formação profissional dos adolescentes, para que eles pudessem ter alternativas de trabalho e de palestras nas escolas (Henriques; Pimenta, 2015).

⁴ Dentre as principais séries de reportagens realizadas podemos citar a produzida pela equipe de jornalismo do SBT, em janeiro de 2009, sob a coordenação do repórter Sérgio Utsch. Intitulada “Jequitinhonha: infância à venda”, a série consistiu em cinco reportagens: 1) Denúncia de exploração sexual no Vale do Jequitinhonha; 2) As faces dos exploradores de menores em Minas Gerais; 3) Órfãos de pais vivos; 4) Gravidez juvenil altera rotina de meninas no Jequitinhonha; 5) Cultura é esperança do “Vale da Prostituição Infantil”. Disponível em: <https://tvuol.uol.com.br/video/sbt-reportagem-denuncia-exploracao-sexual-no-jequitinhonha-0402306EE0896326>>. Acesso em: 20 de jan. 2018.

Entretanto, o encerramento ou enfraquecimento de vários programas governamentais nos âmbitos federal e estadual, somados à aprovação da Emenda Constitucional n.º 55, que restringe os já escassos gastos públicos com a assistência social e com a saúde, desestimulou a articulação regional e limitou ainda mais a atuação do poder público no enfrentamento da ESCA. Além disso, as entidades não-governamentais atuantes na região também sofreram, nos últimos anos, uma retração de recursos e, conseqüentemente, diminuíram sua capacidade de atuação.

Ainda que o combate à ESCA tenha perdido fôlego, ela continua sendo uma realidade constatada pelos profissionais que atuam diretamente no atendimento socioassistencial de famílias, pelos educadores sociais das diversas ONGs que agem na região e pelos dados do Disque-denúncia do Ministério de Direitos Humanos, que no período de 2012 ao primeiro semestre de 2018 registrou 86 denúncias de ESCA no Vale do Jequitinhonha. Todavia, esse número de denúncias não demonstra a real dimensão do problema, tendo em vista que a maioria da população silencia sobre a questão e tem medo de denunciar. Mas, quais fatores levam a esse silenciamento? Por que a sociedade não assume seu papel imputado pela Constituição e pelo ECA de zelar pelas crianças e adolescentes vitimados, considerando-os prioridade absoluta? O que constrange o tratamento deste tema no espaço público?

Em busca dessas respostas, realizamos incursões exploratórias no campo, tendo em vista a impossibilidade de contemplar todos os municípios do Vale do Jequitinhonha que, segundo a Fundação João Pinheiro (2017), são 59. Desse modo, fizemos um recorte em cinco cidades – Padre Paraíso, Pedra Azul, Ponto dos Volantes, Itaobim e Medina – pelo fato destas serem cortadas pela BR-116 e possuírem equipamentos públicos e organizações não governamentais preparadas para a promoção/proteção da população infantojuvenil. Estando o corpus delimitado, realizamos diversas entrevistas em profundidade semiestruturadas com os atores da rede de enfrentamento à ESCA nesses municípios, tanto do poder público quanto da sociedade civil, no período de 2015 a 2017, das quais selecionamos uma amostra de 15, buscando uma representatividade por cidade e por setor⁵. Além das entrevistas, fizemos observações sistemáticas de situações públicas em que os

⁵ Foram entrevistados cinco assistentes sociais e psicólogos que lidam com o atendimento cotidiano de crianças e adolescentes nos equipamentos públicos das prefeituras, e cinco gestores das ONG's vinculadas ao Childfund, à Associação Papa João XXIII e à Visão Mundial.

atores considerados estavam presentes⁶ e analisamos documentações como relatórios da Pesquisa 18 de maio, desenvolvida pelo Programa Polos de Cidadania da UFMG, da CPMI de 2003 e da Comissão Especial da ALMG para Averiguar a Suspeita de Favorecimento de Prostituição Infantil no Estado de MG de 2002, assim como o 6.º e o 7.º Mapeamento de Pontos Vulneráveis à ESCA realizado pela Polícia Rodoviária Federal.

É preciso considerar que este é um relato parcial de uma pesquisa mais ampla, que teve como foco específico a atuação dos agentes implementadores de políticas públicas na problematização pública de questões embaraçosas. Aqui, tratamos de uma exploração que foi feita não apenas no intuito de contextualizar a pesquisa, mas, principalmente, com o propósito de identificar alguns dos elementos embaraçosos ao tratar publicamente da ESCA e, também, dos fatores que emergem como sendo relevantes para explicar os silenciamentos sobre o problema naqueles lugares. Desta forma, foi importante ouvir outros atores, para além dos agentes públicos.

Desenvolvemos, então, uma análise de conteúdo das falas dos entrevistados, dos proferimentos destes atores nas situações observadas e das informações dos documentos. Pudemos observar pelo menos seis fatores que compõem a dinâmica desse silenciamento sobre a ESCA no Vale do Jequitinhonha e que podemos examinar empiricamente: a naturalização da prática, o estigma sociocultural, a privacidade das vítimas, a violência estrutural, a existência de uma imprensa fraca, a concorrência com outras agendas.

a) *Naturalização da prática* – Assim como o “elefante na sala” evocado por Zerubavel (2006), a prática da ESCA no Vale é um assunto de que a grande maioria da população está ciente que existe, mas que poucos estão dispostos a reconhecer publicamente. No período anterior à CPMI de 2003, as pessoas viam as meninas e os meninos “se oferecendo” na beira da pista da BR-116, uma prática por vezes naturalizada como sendo uma forma que as crianças e adolescentes encontravam para tirar suas famílias da fome. Depois do trabalho da CPMI, o modus operandi da ESCA mudou, deslocou-se da pista, mas, ainda é perceptível. Basta fazer um passeio nas noites da maioria das cidades da região para ver crianças e adolescentes em bares, boates e até em portas de hotéis sendo aliciados por

⁶ Observamos dois seminários do Fórum Vale Protege, outros encontros promovidos pela rede socioassistencial da região que abordaram a temática, bem como das ações específicas para o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantojuvenil, no espaço de três anos.

adultos. Esses meninos e meninas “vendem” seus corpos em troca de presentes, de bebidas, de drogas, de comida e até mesmo de ingressos para shows. As pessoas veem isso acontecer, mas, não assumem que ali está ocorrendo uma exploração sexual, fazem vista-grossa. Para muitas delas, a criança ou adolescente que se encontra em tal situação está ali “porque quer”, “porque gosta”, “porque é safado(a)”, “porque é natural de gente desse tipo”. Outrossim, é recorrente o argumento do legado: “Ah, a mãe dessa aí é prostituta. A filha só tá fazendo o que a mãe faz”, ou “Essa aí aprendeu em casa. É safada igual a mãe”. Tais discursos são frequentemente combinados com outros que justificam a prática como algo culturalmente enraizado, fazendo parte da paisagem da região.

b) *Estigma sociocultural* – Este fator está estreitamente associado às questões midiáticas. Quando são veiculadas grandes reportagens de denúncia de ESCA nas localidades do Vale, principalmente nas cidades cortadas pela BR-116, as pessoas sentem-se estigmatizadas. Além da mácula do “Vale da Miséria”, surge na mídia o “Vale da Prostituição Infantil”. Todavia, esse estigma gera sentimentos paradoxais. Ao mesmo tempo em que as pessoas concordam que seja feita a denúncia, que o problema de fato existe e deve ser combatido, elas se sentem constrangidas pelo rótulo que a mídia cria e que, conseqüentemente, influencia na forma como as pessoas de fora da região a reconhecem. É comum ouvir da população: “A TV só vem aqui pra mostrar coisa ruim. Aí, o povo fica falando que o Vale é terra de ninguém. É terra de prostituição infantil. Será que lá na capital não tem isso pro povo mostrar não?”. Esse rótulo negativo incomoda as pessoas do Vale e leva, muitas vezes, a uma postura de não querer falar sobre o problema.

c) *Privacidade das vítimas* – O inciso V do Artigo 100 do ECA, que descreve os princípios que regem as medidas específicas de proteção aos direitos infantojuvenis, postula que a promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente devem ser efetuadas seguindo o respeito pela intimidade, pelo direito à imagem e pela reserva da vida privada (BRASIL, 1990). Além disso, a Norma Operacional Básica dos profissionais do Sistema Único de Assistência Social, que são um dos principais responsáveis pelo atendimento das vítimas de ESCA, solicita a proteção da privacidade dos usuários, observando o sigilo profissional, preservando sua intimidade e resguardando sua história de vida (Ferreira, 2011). Tais prerrogativas de privacidade incidem sobre a forma como a questão da ESCA é tratada publicamente, pois não há como apontar diretamente para as

vítimas, expô-las ou usá-las como meio de sensibilização de outras pessoas, tampouco utilizar casos específicos para tais fins. Os agentes de proteção e promoção dos direitos infantojuvenis devem pensar em outras formas de mobilizar os públicos em prol do enfrentamento, mas, nem sempre eles conseguem encontrar alternativas e recorrem a estratégias ineficazes ou simplesmente silenciam sobre a questão no nível público.

d) *Violência estrutural* – Um dos fatores que mais reforça o silêncio em torno da ESCA são as diversas violências que a envolvem. Como pudemos observar durante a presença em campo, a ESCA com frequência se associa a outras práticas clandestinas e criminosas, como a corrupção de agentes públicos (policiais, assistentes sociais, médicos, juízes e até conselheiros tutelares), o tráfico de drogas e armas, formas diversas de crime organizado, entre outras. Fato é que a ESCA não é uma prática isolada. Ela é revestida de um manto de secretismo e clandestinidade que cria obstáculos muito sérios à denúncia e à manutenção desta. Diante desse cenário, as pessoas têm medo de denunciar, e, principalmente, de manter a denúncia, temendo sofrer ameaças e retaliações. As relações de poder coercitivas do crime organizado, do tráfico e da corrupção têm grande potencial de fazer calar, e o fazem. Contribui também para dificultar o combate à prática a pulverização do problema numa grande teia de operações clandestinas, o que faz com que possíveis consequências se deem apenas sobre as partes mais fracas do circuito, diretamente ligadas às vítimas.

e) *Debilidade da imprensa local* – O quinto fator que contribui para o silenciamento sobre a ESCA é a falta de canais de imprensa que sejam suficientemente fortes ou independentes para poder denunciar e combater o problema. Os jornalistas independentes da própria região que se propõem a fazer uma reportagem-denúncia são constantemente ameaçados pelo crime organizado em que a ESCA está inserida. Há muitos relatos de ameaças e fortes indícios de jornalistas que teriam sido mortos por tentarem expor as relações criminosas da região, por ameaçarem relações de poder corruptas, inclusive que envolvem a prática da ESCA. O que se observa é a inexistência de uma imprensa local forte o suficiente para sustentar denúncias como essas, para desafiar as relações de poder vigentes. As principais denúncias precisam de um investimento da grande imprensa, de jornalistas que vêm de fora e possam tratar da questão com o amparo de um veículo de maior repercussão, ou mesmo que possa difundir e repercutir as denúncias feitas por

organismos internacionais e nacionais de direitos humanos, estudos e levantamentos feitos pelo poder público e por universidades, ONGs etc. Mesmo assim, o que se observa é que o envolvimento dos grandes veículos é pontual.

f) *Concorrência com outras agendas* – No contexto da trágica miséria do Vale do Jequitinhonha, a ESCA tende a ser considerada um problema de menor gravidade frente às urgências da fome e de outros tipos de violência. A atribuição da própria prática da ESCA à miséria tende a criar um círculo vicioso, tanto por justificar a exploração como forma extrema de obter condições mínimas de sobrevivência, quanto pela ideia de que sua superação só pode acontecer uma vez erradicada a miséria. Esse é um argumento difícil de ser desmontado e nem sempre é abrangido com clareza, pois muitas vezes está inscrito nas entrelinhas do discurso da sociedade. Muitos meninos e meninas entram para o circuito da ESCA pois veem nela uma saída para a fome, um meio de ascender socialmente, de diminuir a pobreza da sua família. Assim, em um contexto onde existem pessoas passando fome, discutir a promoção e proteção de direitos humanos mais avançados e específicos pode tornar-se uma questão de segundo plano.

Diante do exposto, podemos perceber que muitos são os constrangimentos que perpassam a questão da ESCA no Vale do Jequitinhonha. Assim como Zerubavel (2006) aponta em seus estudos sobre as conspirações de silêncio, o caso da exploração sexual também envolve uma negação social, é atravessada por tabus sociais cristalizados e está inserida em contextos de coerção muito fortes. Todos esses fatores, somados aos que levantamos nesta seção, têm criado obstáculos para o debate sobre a questão o que, conseqüentemente, dificulta que ela se torne um problema que envolva a sociedade como um todo.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos tecer uma reflexão sobre como a questão da ESCA no Vale do Jequitinhonha extrapola, ou não, o campo da preocupação de pequenos grupos e organizações não governamentais para obter a atenção pública, tornando-se um problema público e gerando mobilizações ao seu redor. Para tanto, exploramos a literatura sobre a constituição de problemas públicos e a formação e movimentação de públicos em seu entorno, o que nos deu elementos para entender que a emergência de questões

problemáticas ao nível de causa pública pode acontecer quando os sujeitos/grupos se sentem afetados por uma situação problema e desenvolvem indagações sobre ela através das trocas comunicativas com outros sujeitos afetados, o que culmina em problematizações e na publicização da mesma.

Entretanto, percebemos que a literatura sobre o tema pouco aborda os constrangimentos que existem no processo de problematização, o que dá a entender que os públicos sempre estarão dispostos e livres para desenvolver suas indagações e realizar trocas comunicativas, o que não reflete a realidade. Sabemos que existem fatores que cerceiam até mesmo o falar das pessoas, quiçá suas problematizações e exposição de opiniões em público. Este é o caso da ESCA. Ela envolve tabus sociais, negações, silêncios e relações de poder coercitivas – como aquelas estabelecidas pelo adultocentrismo, pelo narcotráfico e pelo crime organizado – que intimidam as pessoas. Em seus estudos, Zerubavel (2006) ressalta que esses fatores implicam os sujeitos num cerco de silêncio e afetam o que eles consideram como problemas sociais.

Tomando esses elementos como base, voltamos nosso olhar para a questão da ESCA no Vale do Jequitinhonha. Região de grandes contradições, marcada pela rica cultura e pela forte miséria, o Vale do Jequitinhonha também foi apontado pela mídia, após os resultados da CPMI de 2003, como “Vale da Prostituição Infantil”. A questão teve seus anos de “problema público”, movimentando o poder público e a sociedade civil para seu enfrentamento. Todavia, o Vale continua à mercê da exploração e grande parte da sua população ainda se silencia sobre a prática.

Essa ausência de debate público, de problematizações e de ações de combate à ESCA no Vale está intrinsecamente relacionada aos fatores que geram as conspirações de silêncio e, também, está associada à naturalização da prática, ao estigma sociocultural que ela imputa a uma comunidade, à necessidade de se manter a privacidade das vítimas, à violência estrutural que perpassa a exploração, à existência de uma imprensa fraca que não consegue realizar e sustentar denúncias e a concorrência com outras agendas políticas “mais importantes” (como do combate à fome e à miséria).

Para que este silêncio seja rompido e o quadro de violações modificado, é crucial que os investimentos em ações de promoção e proteção dos direitos infantojuvenis seja “prioridade absoluta” de fato. É preciso diminuir as vulnerabilidades sociais e combater incessantemente o crime organizado, o tráfico e a corrupção que facilitam a ocorrência da ESCA. Também é necessário um intenso trabalho de comunicação pública e mobilização social para que as pessoas entendam que a ESCA não é uma escolha, mas, sim, uma violência decorrente do descaso com os direitos básicos das crianças e adolescentes, dentre outros fatores estruturais, e que denunciem.

Referências

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/818585/lei-8069-90>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes. Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes. Brasília: 2000.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. Tradução: Bruno Cardoso. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 2, n. 4, 2009, p. 11-48

_____. La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques. In: Réseaux, volume 14, nº75, 1996, pp. 43-66.

_____. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... o que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. Novos Estudos CEBRAP, nº 107, março 2017a, pp. 187-213

_____. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... o que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. Novos Estudos CEBRAP, nº 108, julho 2017b, pp. 129-142

CONGRESSO NACIONAL. Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Criada por meio do Requerimento nº 02, de 2003-CN, “com a finalidade investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil”. Brasília: 2004.

DEWEY, J. The public and its problems. Ohio: Swallow Press Books, 1954.

ESTEVES, J. P. Sociologia da comunicação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FERREIRA, S. S. NOB-RH Anotada e Comentada – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

FJP – Fundação João Pinheiro. Plano de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – Volume 2 – Demografia e atividades econômicas: estudo de base. Belo Horizonte: FJP, 2017.

FUKS, M. Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumantativa da Dinâmica do Conflito Social. BIB, Rio de Janeiro, n.º 49, 1.º semestre de 2000, p. 79-90

GUSFIELD, J. The Culture of Public Problems. Drinking-Diving and the Symbolic Order. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

HENRIQUES, M. S. A comunicação e a condição pública dos processos de mobilização social. Revista Ações midiáticas - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós Graduação em Comunicação, Vol 2. Nº 1, ano 2012, pp. 1-12

_____. As organizações e a vida incerta dos públicos. In: MARQUES, A.; OLIVEIRA, I.; LIMA, F. (Org.). Comunicação Organizacional: vertentes conceituais e metodológicas V. 2. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2017.

_____. Comunicação e mobilização social na prática da polícia comunitária. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

HENRIQUES, M. S.; BRAGA, C. S.; SILVA, D. B. C.; MAFRA, R. L. M. Relações Públicas em Projetos de Mobilização Social: funções e características. In: HENRIQUES, M. S. (Org.). Comunicação e Estratégias de Mobilização Social. 3ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HENRIQUES, M. S.; PIMENTA, L. N. Assumindo responsabilidades e reafirmando compromissos: perspectivas e avanços no combate à exploração sexual contra crianças e adolescentes no Vale do Jequitinhonha In: NOGUEIRA, M. D. P. (org.) Vale do Jequitinhonha: Direitos humanos e promoção da cidadania. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2015, v.1, p. 198--225

MAFRA, R. L. Mobilização social e comunicação: por uma perspectiva relacional. Belo Horizonte: Mediação, v. 11, n. 10, jan./jun. de 2010, pp. 105-118

SDH. Direitos humanos de crianças e adolescentes – 20 anos do Estatuto. Brasília, D.F.: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

SILVA, D. John Dewey, Walter Lippmann e Robert E. Park: diálogos sobre públicos, opinião pública e a importância da imprensa. Revista Fronteiras. V. 18, 2016, pp. 57-68.

SILVA, D. Relações Públicas, Ciência e Opinião: lógicas de influência na produção de (in)certezas. (Tese de doutorado). Belo Horizonte: 2017.

ZERUBAVEL, E. The elephant in the room: silence and denial in everyday life. New York: Oxford University Press, 2006

Os autores

Laura Nayara Pimenta é doutora pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. É pesquisadora do grupo de pesquisa Mobiliza e educadora no Instituto Inhotim, integrando a equipe do educativo transversal.

Márcio Simeone Henriques é professor Associado do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Federal de Minas Gerais. Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Mobilização Social e Opinião Pública - MOBILIZA.

